

## 5 PREVISÃO DE EVOLUÇÃO NA AUSÊNCIA DE PROJETO

A elaboração de cenários prováveis de evolução da situação atual sem projeto permite estabelecer as bases para a identificação e avaliação dos impactos do projeto, sobretudo na fase de exploração. Importa referir que a consideração da evolução da situação atual sem projeto não obsta a que se perspetive a realização de um vasto conjunto de significativos investimentos públicos na região em análise e na sua envolvente imediata, dos quais se pode destacar a construção do gasoduto (no concelho de Vila Viçosa) e a construção de diversos empreendimentos turísticos (no concelho de Évora).

Em termos genéricos, no caso do não desenvolvimento do presente projeto ferroviário o tráfego existente e algum acréscimo que venha a ser gerado (de veículos ligeiros e pesados), será escoado pelas vias rodoviárias existentes.

Assim, com o presente capítulo pretende-se dar uma visão, para cada descritor ambiental considerado de como evoluirá a situação existente no caso do não desenvolvimento da Ligação Évora-Caia.

- **Clima**

Na ausência de concretização do Projeto prevê-se que em termos climáticos se mantenha a situação atual.

- **Geologia, Geomorfologia e Recursos Naturais**

Na ausência da efetivação do Projeto em estudo, prevê-se, no que respeita à **geologia e geomorfologia**, a manutenção, em geral, da situação atual.

Os impactos de infraestruturas ferroviárias nos descritores Geologia e Geomorfologia devem-se, de um modo geral, à movimentação de terras, que provoca alterações fisiográficas ao nível da modelação do relevo e à afetação de explorações de recursos geológicos, de áreas com contratos de prospeção e pesquisa, de áreas com especial interesse patrimonial, cultural ou pedagógico, de geomonumentos, entre outros. Considerando a ausência de projeto, não se perspetivam alterações a este nível na área em estudo.

- **Solos e Aptidão Agrícola**

Os **solos** existentes resultaram da atuação de processos naturais de formação do solo e no caso específico das áreas de utilização agrícola, também da ação humana, através fertilização orgânica e mineral, rega e drenagem. Por outro lado, o regime da RAN defende os solos de maior potencial produtivo de alterações ao uso que possam reduzir as suas qualidades, pelo que este recurso se encontra protegido.

Na maior parte da área em análise os solos apresentam boa aptidão para diferentes usos agrícolas, variando entre aptidão elevada e moderada, com particular destaque para a zona final do traçado, onde os solos são maioritariamente considerados de elevada aptidão e se encontram inseridos no Aproveitamento Hidroagrícola do Caia. Uma parte significativa destes solos encontra-se igualmente englobada na RAN, especialmente os solos beneficiados pelo AHA do Caia na parte final do traçado.

Na ausência de projeto é expectável que estes solos de elevada aptidão agrícola, defendidos pela RAN, se mantenham, na sua maioria, inalterados, conservando as características atuais.

- **Usos do Solo**

No que respeita aos **usos do solo**, maioritariamente agrícolas, perspectiva-se que estes se mantenham inalterados a curto prazo na eventualidade da não construção da linha férrea em análise, não ocorrendo os impactes negativos associados ao projeto, nomeadamente os relacionados com ocupação pela via-férrea dos solos de elevada aptidão agrícola englobados na RAN e/ou beneficiados pelo AH do Caia.

Considerando a dinâmica regressiva da área em estudo, sem grande pressão do ponto de vista da expansão urbana ou industrial, também não é expectável que estes os usos do solo sofram alterações significativas a médio/longo prazo.

- **Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos**

No que respeita aos **recursos hídricos**, considera-se que, na ausência de projeto, atendendo à inexistência de alterações ao uso do solo, não se esperam que ocorram alterações no regime de escoamento do meio hídrico subterrâneo e superficial.

Sem a concretização do projeto é expectável a manutenção genérica da rede hidrográfica nos moldes em que esta ocorre atualmente. As linhas de água menos expressivas manterão o seu caudal sazonal.

Há que ter em conta que, sendo a água um fator essencial para o desenvolvimento regional, considera-se que se trata de um recurso estratégico e estruturante, tendo necessariamente que se garantir uma elevada eficiência do seu uso, o que se deve refletir numa opção estratégica de gestão integrada de recursos hídricos.

Como evolução futura, para além do aproveitamento em pleno do Aproveitamento Hidroagrícola do Caia para a atividade agrícola. Saliencia-se a possibilidade de se vir a concretizar futuramente (ainda que para já não haja perspectivas para tal) a barragem da Pardiela (com estudo prévio desenvolvido pela DGADR), com o objetivo de reserva de água para rega, criando uma albufeira (entre os PK 138+290 a 138+370, 139+060 a 139+315 e 139+690 a 139+865), alterando assim o regime de escoamento.

- **Qualidade da Água**

Em termos qualitativos a não execução do projeto pressupõe genericamente a manutenção das características atuais do meio hídrico superficial e subterrâneo.

Assume particular importância a proteção dos aquíferos enquanto reservas estratégicas a mobilizar em situações de escassez no abastecimento público, bem como suporte de outras atividades económicas. Apesar de melhor protegidas que as águas superficiais, as águas subterrâneas, quando alcançadas por poluentes, recuperam a sua qualidade mais dificilmente e de forma mais dispendiosa. Por conseguinte, a proteção das origens de água surge não só como forma de evitar elevados custos e dificuldades associados à recuperação das águas subterrâneas, mas também com a necessidade de proteger e garantir a qualidade das águas subterrâneas a longo prazo.

A atividade agrícola, à semelhança do que ocorre atualmente, pode ser promotora de alguns impactes na qualidade da água, superficial e subterrânea, de modo difuso e difícil de quantificar. A zona que poderá apresentar maiores impactes na qualidade do meio hídrico é a zona do aproveitamento hidroagrícola do rio Caia e meio hídrico a jusante, por constituir uma zona agrícola intensiva, com cultura de regadio.

A atividade pecuária da zona é, em grande parte, de modo extensivo, ainda que com algumas atividades mais localizadas. Desta forma pressupõe-se que sem o projeto se manterão as mesmas condições contudo, sem que sejam de destacar especiais focos de poluição a este nível.

No que concerne à poluição de origem urbana, pela inexistência de grandes aglomerados a envolvente do projeto, e pela cada vez maior preocupação dos municípios em adotar um sistema de drenagem e tratamento de águas residuais adequado aos parâmetros de descarga no meio natural,

o contributo da poluição de origem urbana pressupõe-se que venha a ser cada vez mais diminuto ao longo do tempo.

- **Ruído e Vibrações**

Para além da caracterização do estado do **ambiente sonoro** das áreas envolventes ao projeto, importa, ainda, estimar a sua evolução para o ano horizonte da nova Ligação Ferroviária entre Évora Norte e Elvas/Caia.

As zonas envolventes para o projeto ferroviário em estudo apresentam ocupação humana muito dispersa, intercalada com áreas agrícolas, onde existem explorações pecuárias e agrícolas, servidas por vias rodoviárias de acesso local, com densidade de tráfego muito reduzida.

Atendendo às características rurais das zonas de implantação deste traçado ferroviário, com ambiente sonoro local sossegado, típico de zonas afastadas de fontes sonoras dignas de registo, não é previsível um desenvolvimento particular, de ordem urbanística, turística ou industrial, pelo que no ano horizonte do projeto a qualidade do ambiente sonoro nestas áreas não sofrerá alterações dignas de registo. Não se preveem, deste modo, acréscimos notáveis no ruído ambiente.

Considerando, então, um cenário de evolução "normal" em termos de ruído gerado pelas vias de tráfego rodoviário ou outras fontes de ruído, poder-se-á admitir que os valores registados atualmente manter-se-ão sem alterações dignas de registo ao longo do período horizonte do projeto.

- **Qualidade do Ar**

Ao nível da **qualidade do ar**, na ausência da implantação da futura ligação ferroviária, tendo em conta o crescimento demográfico e o desenvolvimento socioeconómico da região, prevê-se que haja um aumento do número de fontes emissoras e do tráfego rodoviário.

No entanto, no tráfego rodoviário, a tendência é para haver uma diminuição dos fatores de emissão dos veículos novos, devido à introdução de novas tecnologias na indústria automóvel, que promovem a produção de motores mais eficientes. Este comportamento também é expectável para as fontes emissoras, tendo em consideração a implementação das melhores técnicas disponíveis nos diversos setores industriais.

- **Gestão de Resíduos**

Na ausência do projeto, ao nível da gestão de resíduos na região onde se desenvolve o projeto não se antevêm alterações à situação atualmente existente. Referem-se as escomboreiras das pedreiras dos mármore de Vila Viçosa como uma forte presença em matéria de produção de resíduos inertes.

Na gestão de resíduos urbanos, numa perspetiva de melhor funcionamento da triagem e separação de resíduos poderá prever-se uma redução dos resíduos a conduzir a aterro.

- **Sistemas Biológicos e Biodiversidade**

A região atravessada pela linha de caminho-de-ferro em apreciação, na ausência do projecto, terá uma evolução diferenciada conforme os usos do solo actuais e as opções de política agrícola no contexto Comunitário e nacional. De facto, conforme se verificou nos últimos 10/15 anos nos terrenos com maior potencial agrícola e melhor servidos por infraestruturas de rega registou-se uma expansão muito marcada da olivicultura e de outras culturas arbóreas, enquanto nas zonas com menor aptidão agrícola, nomeadamente nas zonas onde dominam os montados de sobro e azinho, e que estão por isso mesmo sujeitas a limitações de natureza legal na alteração do coberto, se intensificou a produção de gado bovino.

Na ausência do projeto, e considerando que as tendências atuais relativamente às necessidades de mercado se mantêm, é previsível que a o alargamento da área de olival e amendoal continue, podendo abranger mais áreas de habitats estepários na ZPE da Torre de Bolsa e na IBA de Évora. Nas áreas de montado a tendência atual deverá igualmente manter-se.

Tratando-se de uma linha de transporte essencialmente destinada a mercadorias entre locais de concentração (portos, grandes centros de distribuição, etc.), a sua presença ou ausência pouco deverá interferir nas opções que os proprietários venham a fazer relativamente à exploração que venham a fazer dos seus terrenos.

- **Paisagem**

A evolução da paisagem resulta da apropriação do território pelo Homem, pelo que esta se encontra em constante transformação. A sua sustentabilidade e perpetuação depende assim, essencialmente do equilíbrio dinâmico resultante da interação do Homem com o sistema biofísico envolvente.

A área em análise abrange um território caracterizado por um povoamento disperso, constituído por pequenos aglomerados e montes isolados, onde a ocupação do solo é dominada por culturas arvenses de sequeiro e manchas de montado.

Na ausência de projeto prevê-se que a paisagem na globalidade não sofra grandes alterações. As alterações circunscrevem-se essencialmente ao crescimento periférico das cidades de Évora e Elvas, à expansão das áreas agrícolas de regadio recorrendo aos aproveitamentos hidroagrícolas do Caia e Alqueva, e à regressão das áreas agrícolas de sequeiro e pastagens, potenciando a regeneração dos bosques paraclimáticos.

- **Património Arquitetónico e Arqueológico**

Em termos Patrimoniais, a não execução do eixo ferroviário Évora - Caia significará, em relação aos elementos patrimoniais inventariados, a manutenção das suas condições de existência atuais.

- **Ordenamento do Território e de Condicionantes e Componente Social**

Neste capítulo são analisadas as principais tendências e linhas de força identificadas na caracterização e confrontadas com as políticas públicas, sobretudo ao nível de incidência regional e local, e as práticas e ações desenvolvidas pelos atores, tentando perspetivar de que modo as resultantes da ação e interação destas 'forças motrizes' poderão concretizar-se no horizonte temporal e traduzir-se à escala do projeto.

Trata-se, de um exercício de natureza predominantemente qualitativa e cujo horizonte temporal se esgota no curto/médio prazo.

Os sistemas socio-territoriais são sistemas complexos, pouco suscetíveis de previsibilidade, sobretudo no médio e longo prazos.

Desta forma, é desenvolvida a análise comum entre os descritores Ordenamento do Território e Componente Social.

A análise é feita tendo em conta as diversas escalas e é focalizada nos aspetos mais relevantes para a avaliação dos potenciais efeitos do projeto.

Efetua-se, primeiramente, uma síntese dos principais aspetos e dinâmicas identificados no capítulo de caracterização. Num segundo momento apresenta-se uma sintética análise das principais linhas orientadoras das políticas públicas de desenvolvimento regional e local. Finalmente, num terceiro momento, procura-se perspetivar a possível evolução do ambiente afetado, nos parâmetros mais relevantes para a avaliação dos potenciais efeitos do projeto.

- **Principais tendências identificadas**

Efetua-se seguidamente uma síntese das principais tendências identificadas na caracterização, em cada uma das dimensões consideradas (população, território, economia local, qualidade de vida, planeamento, ordenamento do território e desenvolvimento). Importa, porém, ter em conta que estas dimensões são analisadas separadamente apenas por conveniência analítica, uma vez que efetivamente se verificam áreas de sobreposição e dinâmicas de interdeterminação.

- População e território

Constatou-se uma tendência de perda de população, persistente e de longo prazo (desde os Censos de 1960), em todos os concelhos da área de estudo, com exceção de Évora. Neste último caso, após uma quebra registada nos Censos de 1970, tem vindo a verificar-se crescimento que, porém, parece ter estabilizado, entre 2001 e 2011.

A tendência de perda de população é, de um modo geral, generalizável às sub-regiões e região Alentejo, embora com algumas variações.

Como consequência desta tendência verifica-se uma quase generalizada redução das densidades populacionais, já de si historicamente baixas na região Alentejo.

Em sentido contrário, verifica-se um aumento da população residente nos centros urbanos sedes de concelho e em bairros periféricos destes centros. Esta tendência não é, porém, generalizada, não se verificando no Redondo e em Vila Viçosa.

Os centros urbanos parece funcionarem, assim, como 'retaguarda' e espaços de resistência relativamente às perdas acentuadas nos núcleos e áreas rurais. No entanto, só os centros de maior dimensão, nomeadamente Elvas e, sobretudo, Évora, conseguem constituir-se não apenas como retaguarda, mas como atractores de população de outros concelhos, em função do seu dinamismo económico, diferenciação funcional e localização estratégica.

Daqui parece resultar uma dinâmica de divergência, de difícil reversão, entre os principais polos urbanos e as sedes de concelho de menor dimensão. Na área de estudo, Évora e Alandroal são as principais expressões polares dessa divergência. Esta divergência, por sua vez, retroage e traduz-se numa tendência para a erosão da capacidade de estruturação do espaço rural por parte dos centros urbanos de menor dimensão, fragilizando um dos fatores de coesão territorial.

Concomitantemente com as perdas de população residente, verifica-se uma tendência, ainda mais 'pesada', de envelhecimento da população. Trata-se de uma tendência generalizada e mais persistente, resultando, simultaneamente, do aumento da população idosa e da redução da

população jovem. Este duplo ‘movimento’ verifica-se, de forma contínua, desde os Censos de 1950, inclusivamente no concelho de Évora que registou aumento populacional.

Ambas as tendências, de perda de população residente e de envelhecimento, devem, porém, ser enquadradas no contexto nacional (e até internacional e global), sendo comuns a outras regiões do país, não resultando apenas de problemas específicos da região e da área de estudo, mas de tendências mais gerais de litoralização e de concentração nas grandes conglomerações urbanas. Não cabe, porém, nos ‘limites’ do presente EIA, enveredar por essa análise.

- Atividades económicas e modos de vida

No que respeita às atividades económicas, emprego e modos de vida locais, constatou-se uma tendência generalizada de terciarização e de recuo dos sectores secundário e primário.

Os níveis de desemprego mantêm-se persistentemente elevados, em todos os concelhos da área de estudo.

Apesar da tendência de decréscimo, o sector primário continua a manter, porém, uma importância relevante, particularmente em alguns concelhos como o Alandroal e o Redondo. As principais tendências de evolução neste sector apontam para um aumento das áreas de vinha para vinho e de olival intensivo e superintensivo, das culturas temporárias em sistema de regadio, e de manutenção da importância do sistema de montado para a produção de cortiça e a produção animal em regime extensivo.

O sector secundário mantém também uma efetiva importância relativa, bastante superior à do sector primário, assentando sobretudo nas indústrias do subsector alimentar (vinho, azeite, carne e outros produtos de origem animal) e, mais localizadamente, nas indústrias extrativas e de transformação de rochas ornamentais. O desenvolvimento de indústrias de material elétrico, produtos metálicos e máquinas e equipamentos ocorre sobretudo em Évora.

No que respeita ao tecido empresarial dos concelhos da área de estudo, verifica-se uma tendência (entre 2008 e 2013) de crescimento do número de empresas, volume de negócios e pessoal ao serviço, com exceção do caso de Vila Viçosa, em que se verifica uma evolução negativa em cada uma destas variáveis, indiciando que a economia deste concelho, muito centrada nas indústrias extrativas e de transformação de rochas ornamentais, terá sentido particularmente os efeitos da crise económica.

A atividade turística apresenta uma tendência efetiva de crescimento, particularmente nos últimos anos (2009 a 2014), com aumento significativo do número de hóspedes, nacionais e estrangeiros,

tanto na região e sub-regiões, como nos concelhos da área de estudo. Nestes concelhos, o crescimento tem evoluído em torno da valorização dos recursos endógenos (centros urbanos, património cultural e natural, paisagem rural, caça) e sustentado na consolidação da oferta hoteleira tradicional (hotéis e residenciais) em meio urbano, e no crescimento da oferta de alojamento local, turismo de habitação e de turismo em espaço rural. O modelo de desenvolvimento em torno de projetos de grande dimensão, nomeadamente resorts integrados, com componente habitacional, golfe e outras valências, com vários projetos previstos para a área de estudo, não viria a concretizar-se, em função das dificuldades decorrentes da crise económica e financeira.

À escala do projeto, e em todos os concelhos, a predominância das atividades ligadas ao sector primário e à transformação de produtos dele derivados é quase total. As tendências anteriormente referidas, ao nível da vinha e do vinho, do olival e do azeite, do montado e da produção animal, e do turismo em espaço rural estão claramente presentes à escala de projeto.

- Transportes e mobilidade

No que respeita à mobilidade e transportes na área de estudo constata-se duas tendências de sentido contrário. Uma tendência de evolução da rede rodoviária (nomeadamente com a implementação, ainda não concluída, do Plano Rodoviário Nacional) e concomitante incremento do transporte rodoviário. Um retrocesso na rede ferroviária, com encerramento do Ramal de Estremoz da Linha de Évora e a desativação parcial das composições de passageiros na Linha do Leste.

É precisamente ao nível do transporte ferroviário que se perspetivam alterações de tendência, com uma renovada aposta neste modo de transporte, sobretudo no que concerne ao transporte de mercadorias, mas também relativamente ao transporte de passageiros, de que constitui exemplo o projeto em estudo no presente EIA.

Esta aposta traduz-se, nomeadamente, no contexto do Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas (PETI 3+) 2014-2020. O PETI 3+ estabeleceu 6 eixos de desenvolvimento prioritários para o investimento na rede de transportes. Um desses eixos corresponde ao designado Corredor Internacional Sul. Este corredor liga o arco metropolitano de Lisboa, incluindo os portos de Sines, Setúbal e Lisboa, aeroporto de Lisboa e plataformas logísticas, a Madrid e ao resto da Europa.

Neste corredor, uma das intervenções prioritárias definidas consiste na ligação ferroviária entre os portos de Sines, Lisboa e Setúbal e plataformas logísticas, ao centro da Península Ibérica e ao resto da Europa. Às intervenções a desenvolver no corredor Sines / Setúbal / Lisboa / Évora / Elvas / Caia, a que corresponde um valor de investimento da ordem dos 800 a 1.000 milhões de euros.

### ▪ **Políticas públicas de planeamento e desenvolvimento regional**

As políticas públicas com incidência na área de estudo encontram-se, naturalmente, enquadradas nas políticas nacionais, muito condicionadas, por sua vez, por fatores estruturais e conjunturais, e pela inserção no quadro da União Europeia.

No âmbito do presente EIA importa, fundamentalmente, ter em conta o modo como as políticas públicas são traduzidas nas orientações estratégicas constantes dos instrumentos de ordenamento e desenvolvimento regional e local, designadamente no Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA) (CCDR Alentejo, 2010), no *Plano de Ação Regional – Alentejo 2020* (PAR) (CCDR Alentejo, 2013), e nas medidas operacionais constantes do *Plano Operacional Regional do Alentejo 2014-2020* (PORA) (CCDR Alentejo, 2015).

Na sintética análise que se segue privilegia-se o conteúdo do PAR, uma vez que este Plano incorpora as principais orientações constantes do PROT e constitui o quadro de referência para as medidas operacionais apresentadas no PORA.

O PAR identifica um conjunto de tendências pesadas que constituem importantes constrangimentos estruturais da região e sub-regiões, nomeadamente: “(i) o comportamento recessivo da demografia regional, atingindo limiares de vitalidade endógena preocupantes; (ii) a desvitalização social e económica de importantes aglomerados urbanos e dos territórios de baixa densidade; (iii) reduzido dinamismo do tecido empresarial; (iv) debilidades dos fatores estruturantes da atração de novos investimentos; e v) desvantagens competitivas face a regiões concorrentes” (CCDR Alentejo, 2013, pp 4-5).

O PAR identifica ainda o desemprego elevado e persistente como uma das tendências negativas.

Considerando as condicionantes e os recursos, o PAR define a seguinte visão estratégica de desenvolvimento: “Um Alentejo com capital simbólico e identidade distintiva, num território dotado de recursos materiais, de conhecimento e competências e de amenidades, aberto para o mundo e capaz de construir uma base económica renovada sobre a sua mais valia ambiental, atraindo residentes, investimentos e atividades geradoras de emprego e coesão social” (idem, p.7).

Esta “visão”, consubstancia-se, de uma forma geral, nas seguintes orientações, opções e aspetos:

- Perspetivar o desenvolvimento a partir dos recursos do território, da identidade cultural e patrimonial, das amenidades urbanas, paisagísticas e ambientais, nomeadamente nas suas dimensões distintivas e diferenciadoras, no que respeita à competitividade e atratividade do território;

- Como tal, importa valorizar os ativos do território, permanentes (localização e configuração, património e identidade, recursos naturais, ambiente e paisagem, pólos urbanos, pessoas e organizações) ou adquiridos (rede de estabelecimentos de ensino, centros de formação e investigação, rede de acessibilidades, transporte e logística, tecnologias da informação e comunicação, pólos industriais, oferta agrícola para exportação, rede de espaços de turismo residencial, rede de equipamentos sociais e de saúde), bem como o conhecimento e as competências das pessoas e das organizações;
- Afirmar uma estratégia para a atração de investimento e de desenvolvimento empresarial, numa perspetiva de internacionalização, aproveitando o posicionamento geoeconómico da região, as infraestruturas de acolhimento empresarial, de logística e a conectividade internacional.

Com base nesta estratégia pretende-se aumentar a competitividade da região, atrair investimento, promover o desenvolvimento económico, e atrair novos residentes, fatores de que se espera venha a resultar uma maior sustentabilidade e coesão territorial e social.

Neste contexto, o PAR define diversas prioridades de intervenção para a definição e seleção de ações a contemplar no Programa Operacional, a que correspondem diversas "iniciativas-âncora", conforme indicado no quadro seguinte.

**Quadro 5.1** - Plano de Ação Regional – Alentejo 2020: Prioridades de Intervenção e Iniciativas-Âncora

Prioridades de intervenção regional no horizonte 2020	Iniciativas-âncora
1. Consolidação do Sistema Regional de Inovação e Competências	1. Sistema Regional de Inovação
2. Qualificação e internacionalização de Ativos do Território – Acessibilidades, Conectividades e Infraestruturas Económicas	2. Qualificação e Promoção de Infraestruturas Económicas e de Suporte Logístico
3. Renovação da Base Económica sobre os Recursos Naturais e a Excelência Ambiental e Patrimonial da Região	3. Economia do Mar
	4. Agricultura de Regadio
	5. Plataforma Logística Alimentar
	6. Turismo Alentejo e Ribatejo
	7. Património e Cultura
4. Qualificação do Território: Redes de Suporte e Novas Dinâmicas Territoriais	8. Economia Verde
	9. Áreas Protegidas
	10. Desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade
5. Qualificações, Empregabilidade e Coesão Social	11. Sistema Urbano Policêntrico
	12. Pacto Regional para a Qualificação, o Emprego e Inclusão Social
	13. Economia Social

Fonte: CCDR Alentejo, 2013

Para as diversas iniciativas-âncora o PAR define vários objetivos. Do conjunto de iniciativas e objetivos destaca-se, seguidamente, aqueles que, em função da natureza do projeto em análise no presente EIA e das características do território atravessado, surgem mais relevantes.

- Qualificação e promoção de infraestruturas económicas e de suporte logístico

- Rentabilização e dinamização das infraestruturas económicas existentes (parque industriais, plataformas logísticas, entre outras). O PAR refere neste ponto a importância do projeto da plataforma logística de Elvas, associado à Linha Ferroviária de Alta Velocidade, à data ainda considerado como suscetível de concretização.
- Coordenação estratégica das infraestruturas de transporte existentes na Região (Porto de Sines, aeroporto de Beja, aeródromos, e principais infraestruturas rodoviárias e ferroviárias). Neste âmbito o PAR aponta como objetivo a finalização de infraestruturas e interfaces de conectividade internacional, nomeadamente a necessidade de garantir a construção das novas ligações ferroviárias Sines-Grândola Norte – Variante de Alcácer do Sal e Évora – Caia.
- Agricultura de regadio e Plataforma Logística Agroalimentar
  - Os aproveitamentos hidroagrícolas da região apresentam um potencial elevado de crescimento agrícola e agroindustrial, como é o caso de Alqueva, nomeadamente ao nível da modernização e expansão da fileira do olival/azeite, da cultura do milho, da introdução de novas culturas temporárias e da produção hortofrutícola. O desenvolvimento e modernização destes empreendimentos, no sentido da introdução de novas tecnologias e novos produtos é, portanto, fundamental para promover a alteração do modelo agrícola regional, traduzindo-se em maior inovação, produtividade, e capacidade exportadora e, conseqüentemente, em maior rentabilidade para as explorações.
  - Em complemento desta “nova ruralidade competitiva, fruto das agriculturas intensivas de regadio” deve constituir objetivo estratégico o incentivo à estruturação de uma base agroindustrial regional, no sentido do aparecimento de agroindústrias e de plataformas comerciais e de logística associadas aos perímetros de rega.
  - Desenvolvimento agrícola e agroindustrial, baseado no aumento da competitividade, criação de valor, emprego, e capacidade exportadora são, portanto, os grandes objetivos decorrentes do potencial de desenvolvimento dos aproveitamentos hidroagrícolas.
  - Neste contexto, o PAR preconiza a criação de uma Plataforma Logística Agroalimentar na área de influência de Alqueva, considerada como um fator de captação de investimento local e externo e um pólo dinamizador das atividades agrícola e agroalimentar e de outras atividades não agrícolas complementares.
- Turismo
  - O PAR integra neste ponto a visão estratégica da Entidade Regional de Turismo para o horizonte 2020, perspetivando o Alentejo como “Um Destino turístico a chegar à fase de

maturidade, certificado e mais competitivo, com um posicionamento assente nos valores identitários da Região, os quais são reconhecidos internacionalmente”.

- Trata-se, portanto, de uma estratégia apoiada na qualificação e valorização dos recursos endógenos e nos fatores identitários da Região, em que as prioridades de intervenção assentam na requalificação de produtos turísticos como o turismo de natureza, touring/cultural, gastronomia e vinhos, entre outros, na requalificação urbana e valorização do espaço rural.

#### ▪ Património e cultura

- O património e a criação cultural e artística constituem importantes fatores identitários e diferenciadores da região pelo que a sua preservação e valorização são fundamentais, não apenas para o reforço dessa identidade como também para a atratividade da região e a dinamização de oportunidades económicas.
- O património inclui o património cultural urbano-monumental, etnográfico, artístico e o património ‘natural’ no qual se inclui o sistema agro-pastoril do montado de sobro, cuja candidatura a Património da Humanidade está em preparação.

#### ▪ Economia verde

- O PAR afirma o objetivo de afirmação da excelência ambiental, referindo que a gestão do sistema ambiental pode constituir uma das componentes da estratégia de especialização inteligente da região.
- Destaca-se aqui a importância atribuída ao montado, enquanto sistema agro-silvo-pastoril complexo e único, e o uso multifuncional que proporciona, perspetivando-se a sua conservação e valorização como sistema de alto valor natural que suporta um conjunto diversificado de bens e serviços, e a preservação da identidade regional.

#### ▪ Desenvolvimento dos territórios de baixa densidade

- O PAR refere que a valorização económica e social é indispensável ao revigoramento das zonas rurais e que essa valorização deve conjugar potencialidades locais com atividades tradicionais e novas atividades económicas com menor ligação com a atividade agrícola regional, porque são estas últimas que podem contribuir para a viabilização futura das localidades rurais.
- Por forma a dar condições aos pequenos centros para que possam afirmar-se como pólos de dinamização socioeconómica, o PAR preconiza que as políticas públicas com incidência na valorização socioeconómica do espaço rural devem incidir preferencialmente, sobre a fixação das pessoas no território, a dinamização das atividades económicas e a dinamização do emprego.

#### ▪ Sistema urbano policêntrico

- Neste ponto o PAR remete para a consolidação do Sistema Urbano Regional assente na rede estruturada definida no PROTA distinguindo entre Centros Urbanos Regionais, Centros Urbanos Estruturantes e Centros Urbanos Complementares. Esta ‘hierarquia’ traduz diferentes dinâmicas de concentração de população residente, de dinamismo económico, de oferta de equipamentos e serviços e de diferenciação funcional. Na área de estudo, Évora e Elvas são Centros Urbanos Regionais, Vila Viçosa, Alandroal e Redondo são Centros Urbanos Complementares.
- Segundo o PROTA, os Centros Urbanos Regionais devem afirmar-se como pólos nucleares de desenvolvimento, competitividade e coesão regional, competindo-lhes liderar os processos de inovação e de inclusão social, nomeadamente desenvolvendo redes de articulação entre si e com os outros centros, por forma a contribuir para uma forte coesão do conjunto urbano.
- O desenvolvimento e qualificação das redes de acessibilidades e mobilidade desempenham um papel fundamental nesta articulação.
- Quanto aos pequenos centros urbanos, sedes de concelho, que integram o terceiro nível da hierarquia – os Centros Urbanos Complementares – o PROTA refere-os como fundamentais para a sustentação dos territórios de baixa densidade e para a afirmação das relações urbano-rurais.
- A consolidação deste sistema é considerada fundamental para a sustentabilidade e dinamismo económico da Região. No entanto, esta consolidação tem que ser virtuosa, nomeadamente para os centros de menor dimensão, sem o que se corre o risco de acentuar a diferenciação hierárquica e a divergência entre os diversos níveis, colocando em causa a coesão territorial e social.

#### ▪ Pacto regional para a qualificação, o emprego e a inclusão social, e Economia Social

- O PAR identifica diversos constrangimentos ao desenvolvimento e coesão social que persistem na Região, como os baixos índices de escolaridade e qualificação dos ativos (empregados e desempregados), os níveis elevados de desemprego, os níveis de rendimento inferiores à média nacional de ativos e pensionistas, e as dificuldades de articulação das estruturas de formação com as empresas.
- Estes constrangimentos exigem respostas de carácter integrado a estruturar no âmbito de um *Pacto Regional para a Qualificação, o Emprego e a Inclusão Social* que deverá enquadrar as intervenções de política pública com destaque para as vertentes de formação profissional, estímulo à manutenção e criação de emprego e inclusão social de grupos de risco e em situação de desfavorecimento.

- Neste quadro, o PAR preconiza a institucionalização de uma parceria que permita articular entidades públicas e privadas, iniciativas e ações, e permita melhorias de desempenho, nas áreas do ensino e formação (instituições de ensino centros de formação e outras entidades formadoras), empregabilidade (empresas e outras organizações) e inclusão social (organizações da economia social).
- O PAR confere particular relevo à ação das organizações da Economia Social, nomeadamente na área do emprego, inclusão social e desenvolvimento local.

- **Perspetivas de evolução**
- **Escalas regional, sub-regional e concelhia**

As tendências e ‘forças motrizes’ identificadas anteriormente proporcionam alguns elementos para perspetivar, tentativa e aproximativamente, algumas possibilidades de evolução futura.

As tendências negativas mais ‘pesadas’ – perda de população residente e, particularmente, de duplo envelhecimento da população – são de difícil reversão, uma vez que assentam em fatores estruturais e sistémicos que, em grande medida, escapam ao alcance das políticas de desenvolvimento regional e local. É provável, portanto, que se mantenham.

Ao contrário da tendência de envelhecimento, a tendência de perda de população não é, porém, generalizada e não ocorre de forma homogénea. Faz-se sentir mais acentuadamente nos territórios de baixa densidade e nos centros urbanos de menor dimensão, enquanto que nos centros urbanos de maior dimensão se verifica uma tendência contrária de crescimento ou estabilização da população.

É provável que esta divergência continue a acentuar-se. As políticas de desenvolvimento dos principais centros urbanos e de reforço da sua capacidade polarizadora, no sentido de constituição de uma rede urbana estruturante do desenvolvimento do território, dificilmente poderá deixar de traduzir-se, no curto e médio prazo, no acentuar da divergência, ao nível da diversidade funcional, da estrutura e desenvolvimento socioeconómico, e, concomitantemente, ao nível da população residente. A questão da coesão territorial tenderá a permanecer, portanto, como problema.

Como problema tenderá também a permanecer a questão da coesão social. A persistência de níveis de desemprego elevados, de níveis baixos de formação e escolaridade, de baixos rendimentos de ativos e pensionistas, de aumento da população idosa, são fatores que, sobretudo se associados, configuram riscos e problemas de exclusão das camadas mais vulneráveis da população.

Importa, por outro lado, evidenciar as tendências de evolução das áreas e sectores mais consolidados e com dinâmicas de crescimento.

É o caso do turismo cujo crescimento é previsível continue a verificar-se, estruturado em torno de um modelo assente na valorização dos recursos endógenos e da identidade cultural, do território e da paisagem. Quanto ao modelo assente nos empreendimentos turísticos de grande dimensão, com forte componente residencial e implicando grande mobilização de capitais, não é previsível que, no curto e médio prazo, venham a reverter-se os constrangimentos económicos e financeiros que bloquearam a sua concretização.

No sector da agricultura e agroindústria destacam-se as fileiras da vinha e do vinho, do olival e do azeite, e as culturas de regadio.

A área de vinha tem vindo a expandir-se verificando-se significativos investimentos na produção vitivinícola, com evolução tecnológica, aposta na qualidade e identidade, com aumento de produções e da dinâmica exportadora, sendo previsível a continuação desta tendência.

No caso do olival a dinâmica é mais localizada e resulta de uma alteração profunda no sistema produtivo, com aposta no olival intensivo e superintensivo, dependente das disponibilidades hídricas dos sistemas de regadio, e com elevado grau de mecanização, permitindo um aumento significativo nas produções e ganhos elevados de produtividade, aumento da competitividade e da capacidade exportadora. É também previsível que esta tendência se mantenha.

Nas culturas de regadio, destacam-se naturalmente os perímetros de rega, particularmente de Alqueva, mas também de outros, como o aproveitamento hidroagrícola do Caia, no caso da área de estudo. A importância destes perímetros permanecerá elevada, quer em função das novas produções de olival intensivo e superintensivo, quer das produções de hortofrutícolas e outras culturas temporárias.

É também previsível que a importância do sistema de montado permaneça, enquanto fator estruturador da paisagem e da identidade local, e em função da sua importância ecológica, multifuncionalidade socioeconómica (cortiça, pastagem, pecuária em regime extensivo, turismo rural) e estatuto de proteção do sobreiro e da azinheira.

Relativamente à rede urbana, e não obstante os potenciais riscos anteriormente referidos no que respeita à coesão territorial, o reforço da importância dos principais centros urbanos constitui uma tendência de grande relevância para a consolidação da estrutura económica, a criação de emprego, a qualidade, diversificação e diferenciação dos equipamentos sociais, sendo também expectáveis dinâmicas de qualificação urbanística e aumento da qualidade de vida urbana.

Nos centros urbanos de menor dimensão, e mau grado os riscos de continuação da tendência de algum esvaziamento é também expectável que, em função das políticas públicas e de iniciativas de base local venha a verificar-se uma tendência positiva no que respeita à qualificação urbana e à criação de novas oportunidades.

No capítulo da rede de acessibilidades, transportes e mobilidade não é previsível um desenvolvimento significativo da rede rodoviária, para além da qualificação das vias existentes e eventual completamento de alguns troços previstos no Plano Rodoviário Nacional, como é o caso do IP2, entre Évora (A6) e São Manços.

É no âmbito da rede ferroviária que é previsível uma inversão da tendência de retrocesso verificada nas últimas décadas, inversão para a qual contribui com efetiva relevância o projeto em estudo no presente EIA.

Na ausência deste projeto, a aposta no corredor ferroviário entre Sines e a fronteira do Caia fica comprometida, com consequências negativas na competitividade do porto de Sines, e reflexos negativos na consolidação de centros urbanos de importância regional, como Évora e, sobretudo, Elvas, que poderá ver comprometida a possibilidade de concretizar a plataforma logística prevista no Plano Portugal Logístico.

- Escala de projeto

O projeto em estudo tem uma extensão muito significativa, cerca de 80 km, abrangendo o território de cinco concelhos e dois distritos. Não admira, portanto, que as diversas tendências anteriormente enunciadas tenham também expressão à escala do território diretamente afetado pelo projeto.

O projeto tem início e término em dois dos cinco centros urbanos de importância regional (Évora e Elvas). Porém, desenvolve-se na sua maior parte em territórios de baixa densidade (onde as dinâmicas de perda populacional e de envelhecimento são mais acentuadas, e se colocam problemas particulares de vulnerabilidade social), estruturados por centros urbanos complementares - Redondo e Alandroal -, aproximando-se também de outros pequenos núcleos urbanos em perda, como São Miguel de Machede.

O montado, com todas as suas virtualidades e suscetibilidades, é presença quase constante ao longo do traçado.

Os sectores dinâmicos da vinha e do vinho têm uma presença significativa, sobretudo no Redondo.

O olival intensivo e a agricultura de regadio têm particular expressão no perímetro do aproveitamento hidroagrícola do Caia e áreas envolventes.

O modelo de desenvolvimento turístico baseado nos recursos endógenos tem expressão na envolvente do projeto, em unidades de turismo em espaço rural e alojamento local. O modelo, 'bloqueado', em torno de grandes resorts também tem expressão na envolvente do projeto.

À escala de projeto ocorrem também outro tipo de situações particulares, não referidas ao nível das escalas mais macro, como é o caso da ocorrência, embora pontual, de espaços de pequena propriedade, com olival tradicional e pequenas áreas de policultura, geralmente associadas a habitação, concentrada ou dispersa, e a populações com menores recursos. Embora nalguns casos se verifique alguma tendência para degradação do olival, não é previsível que nestas áreas se verifiquem alterações significativas no curto prazo.

Finalmente, no que respeita à rede de acessibilidades, o projeto cruza com diversas vias da rede rodoviária nacional (incluindo um troço por completar do IC2), regional e municipal, e constitui, em si mesmo, uma corporização da tendência de nova aposta no transporte ferroviário.

A implementação do projeto no território irá, assim, interferir, em maior ou menor grau e de forma positiva ou negativa, com todas as dinâmicas descritas anteriormente, pelo que, tratando-se ademais de um projeto público, lhe cabe uma responsabilidade social e ambiental particularmente relevante, designadamente na configuração e concretização dessa intervenção e na gestão dos seus efeitos.